

Economia - Brasil

□ DOMINGO, 11 DE MARÇO DE 1990 □

O ESTADO DE S. PAULO ECONOMIA

□ & NEGÓCIOS □

Plano Collor vai dar choque triplo

Programa combinará medidas heterodoxas e ortodoxas nas áreas fiscal, monetária e de preços

MARIA APARECIDA DAMASCO

A quatro dias da posse de Fernando Collor na Presidência da República e da divulgação do programa de estabilização da economia, ainda há dúvidas quanto ao formato final do pacote. As linhas básicas do Plano Collor — antecipadas pelo *Estado* na edição do dia 18 de fevereiro — continuam de pé: forte aperto fiscal, como recomendam os economistas ortodoxos, combinado com uma política de preços e salários inspirada na corrente heterodoxa. É nesse ponto, contudo, que está a maior indefinição. Embora a futura ministra da Economia, Zélia Cardoso de Mello, venha insistindo que haverá prefixação da correção de preços e salários, crescem os rumores de que, à última hora, essa medida poderá ser substituída pelo congelamento.

Exatamente como às vésperas dos choques anteriores, o mercado foi tomado por uma verdadeira “síndrome do congelamento”: a grande preocupação das empresas não é vender, mas garantir o máximo possível de reajustes de preços — na prática, o que vale é o preço com desconto —, para se prevenir contra um eventual congelamento. Segundo os rumores, alguns integrantes da equipe econômica do novo governo já teriam se convencido de que, se o congelamento é um risco com uma inflação nessas alturas, a prefixação da correção de preços e salários é ainda mais difícil de ser controlada. A decisão teria sido, então, lançar mão já do congelamento, em vez de deixá-lo como alternativa de reserva para o caso de a prefixação fracassar — conforme havia revelado um



dos assessores mais próximos de Zélia.

Na parte ortodoxa do Plano Collor, as incertezas são menores. O mercado já sabe em que terreno irá pisar, do dia 15 em diante — terreno árido, por sinal —, embora não conheça o teor exato das medidas: são poucas as pessoas que sabem como será, em detalhes, o novo pacote (ver reportagem na página 5). Segundo um dos integrantes desse grupo restrito, Collor exigiu que os próprios economistas responsáveis pela formulação do programa aprontassem o texto das medidas. O especialista da área jurídica, encarregado de dar a forma final ao texto, só foi chamado à última hora.

A lógica que comandou a

armação do Plano Collor é conhecida. Há um choque de preços e salários para quebrar a inflação a curto prazo. Há um choque fiscal para derrubar o déficit público, de algo como 7% do Produto Interno Bruto (PIB) para zero, neste ano, que só deverá produzir resultados em quatro a cinco meses. E há ainda um choque monetário, para garantir que tanto o choque de preços como o fiscal não caiam no vazio. “A política monetária assumirá um papel crucial no Plano Collor”, avisou o novo presidente do Banco Central, Ibrahim Eris. Ao lado estão os principais pontos dos três choques que compõem o Plano Collor.

□ Mais informações sobre o Plano Collor na página 5

Mais impostos e tributação criativa

O novo presidente do Banco Central, Ibrahim Eris, reafirmou um dos compromissos de campanha de Collor: reduzir o déficit público, de algo como 7% do Produto Interno Bruto (PIB) para zero, em 1990. Para isso, não bastam, evidentemente, as alternativas tradicionais de aumento de receita. Pacotes tributários anteriores não conseguiram arrecadar mais do que 1% a 2% do PIB, recorrendo a aumento de alíquotas de Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI), Imposto sobre Operações Finan-



ceiras (IOF), impostos sobre importação e exportação e Imposto de Renda (recolhimento na fonte).

Desta vez, portanto, é preciso fazer bem mais. “Vamos adotar medidas criativas”, prometeu um dos integrantes da equipe de Zélia Cardoso de Mello. A tributação sobre o patrimônio — via imposto ou empréstimo compulsório — estaria dentro dessa linha e cumpriria o papel de “sacrificar as elites”, como tem ameaçado Collor. Segundo cálculos de consultores especializados, em termos de patrimônio — incluindo imóveis, ações de empresas etc. —, há um patrimônio

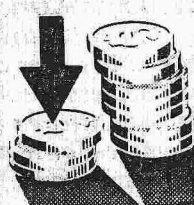
para ser taxado da ordem de US\$ 300 milhões. Dependendo do peso da tributação, pode ser recolhido aí 3% a 4% do PIB.

Para o mercado financeiro, o Plano Collor também reserva mais impostos. A ampliação do prazo de resgate dos títulos públicos deve ser induzida exatamente por meio de tributação progressiva: quanto mais curto o prazo, maior o imposto.

Do lado das despesas, a dúvida não se refere às medidas enquadradas no plano. Corte de subsídios, incentivos fiscais e demissão de pessoal serão, mais uma vez, anunciados. A questão é saber se agora sairão do papel.

Controle da moeda será rigoroso

O novo governo vai impor um forte aperto monetário, para sustentar o arrocho fiscal e o controle de preços. Não haveria jeito de segurar os preços — com congelamento ou prefixação, se a liquidez continuasse folgada. A tendência, pelo menos no primeiro momento, é de aumento no consumo e, em consequência, de alta nos preços — principalmente “por fora”, como se viu no Plano Cruzado. O aperto na liquidez é



essencial, portanto, para a decolagem do Plano Collor.

O novo presidente do Banco Central, Ibrahim Eris, já deu algumas pistas de como irá conter a liquidez. O recolhimento compulsório sobre os depósitos à vista nos bancos poderá ir até a 100%. Agora, a medida seria inócua, pois depósito à vista é mera ficção: com uma inflação mensal superior a 70%, ninguém mais deixa o dinheiro dormindo na conta corrente. Com a queda da inflação, contudo, crescem imediatamente os depósitos à vista. E aí o compulsório volta a

ser um instrumento importante de política monetária. Até esse efeito aparecer, o compulsório pode ser estendido à conta remunerada — que tomou o lugar da conta corrente.

Eris falou também em reduzir o prazo de compensação dos cheques e o prazo de permanência dos impostos na rede bancária. Falou ainda — e nem precisava — em manter juros elevados. “É correta a idéia de que juros provocam inflação, mas especulação e explosão de consumo também são inflacionárias”, afirmou.

Entre congelamento e prefixação

O presidente eleito, Fernando Collor, desmentiu várias vezes o congelamento de preços. A futura ministra da Economia, Zélia Cardoso de Mello, garante que a alternativa é a prefixação dos índices de correção de preços e salários, a partir de um amplo acordo nacional. O diretor do Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Sócio-Econômicos (Dieese), Walter Barelli, já foi consultado e aceitou a indicação para participar dessas ne-



gociações, como representante dos trabalhadores. Nos últimos dias, porém, o congelamento voltou a ganhar força, principalmente na bolsa de apostas dos empresários. Segundo especulações, um congelamento breve poderia funcionar como trégua para se discutir a prefixação.

Antes dessa parada, haveria um “tarifaço” para atualização dos preços públicos e um acordo dos preços do setor privado que ainda são cipados. Na mesma linha, estaria a desvalorização do cruzado: há um consenso de que é preciso promover uma desvalo-

rização cambial da ordem de 30%, para restabelecer o equilíbrio entre o dólar e o cruzado. A total paralisação dos negócios na área de exportações reforça a necessidade dessa medida. Todos esses acertos seriam excluídos do cálculo da inflação do mês pelo artifício do “vetor” — exatamente como foi tentado nos planos Bresser e Verão.

Congelamento ou prefixação, o fato é que essa parte heterodoxa não garante o sucesso do programa de estabilização. O desafio não é derrubar a inflação, mas mantê-la baixa, com a política monetária e fiscal adequada.